

RELAÇÕES DE TRABALHO NO BRASIL

O trabalho é umas das questões centrais do debate político contemporâneo no Brasil. Desde a Constituição de 1988, foram reforçadas instituições para a defesa de trabalhadores menores, indígenas, escravizados, portadores de deficiência e vítimas de preconceito racial e criadas novas normas nesse sentido. Por outro lado, há também iniciativas para desconstruir o aparato público de proteção social desses grupos e restringir direitos há muito consolidados.

Desde a década de 1970, agravando-se com a crise do petróleo, o modelo produtivo enfrenta significativas transformações que vêm atingir trabalhadores, o mercado de consumidores e a todo o conjunto da sociedade.

O Toyotismo ou Especialização flexível reforçaram o modelo Neoliberal, quando indica uma política de intervenção mínima do Estado no aspecto social, e que incentiva a privatização e a desresponsabilização do Estado com os direitos conquistados.

No Brasil o neoliberalismo adentra por volta da década de 1990, como alternativa política frente aos impasses econômicos. O Estado, que até então adotava uma postura significativamente intervencionista na economia, passa por um processo de reconfiguração.

Para os trabalhadores, além dos impactos objetivos da crise, especialmente em função do desemprego, da precarização do trabalho, dos salários e dos sistemas de proteção social, observa-se a construção de outras formas de sociabilidade marcadas por iniciativas pragmáticas de enfrentamento da crise, fraturando suas formas históricas de organização e esgarçando uma cultura política que comporta alternativas à ordem do capital. Estas sociabilidades emergentes relacionam-se com a necessidade que tem o capital, neste momento, de criar novas formas de subordinação do trabalho. Ou seja, que permitam flexibilizar a produção e intensificar a produtividade do trabalho longe da tradição conflitiva que sempre permeou a relação entre patrões e empregados. O que se pode observar, neste sentido, é uma vasta transformação no mundo do trabalho, a partir da introdução da política neoliberal, uma vez que o Estado transfere as responsabilidades, que até então são suas, para a sociedade organizada, que se encontra cada dia mais desprotegida de seus direitos.

Tais mudanças neoliberais aprofundam as desigualdades e ampliam o abismo que existe entre as classes.

As políticas sociais, êxitos de lutas sociais, vêm a ser usadas como instrumentos amenizadores das perplexas condições de sobrevivência em que se encontra a classe trabalhadora. Contudo, tais políticas são cada vez mais seletivas, focalizadas e fragmentadas, atendendo a parcela dos miseráveis, em uma lógica descontínua.

Todo esse quadro contribui para ampliar a inserção da classe trabalhadora na informalidade. Esta, não encontrando espaço no mercado de trabalho formal, finda por ir ao encontro, para garantir as condições "dignas" de sobrevivência, buscar oportunidades nos setores informacionais e terceirizados. Isso os torna inicialmente, desprotegidos do amparo do Estado a partir da política contributiva da Previdência Social.

É possível perceber a elevação da taxa de desemprego, dos índices de pobreza, assim como a privatização de empresas estatais. Dessa forma, o que é possível vislumbrar no mundo do trabalho contemporâneo no Brasil são os fatos ocasionados pelo sistema econômico vigente mundialmente, o qual é embasado e apoiado pela ordem da acumulação flexível. Para isso, tem-se a política neoliberal para ir ao encontro do grande capital nesta contemporaneidade, trazendo implicações acerca do desmonte dos direitos sociais e trabalhistas para a classe trabalhadora.

Desde o início da década de 1980, o mercado de trabalho brasileiro tem se caracterizado por uma elevada proporção de trabalhadores sem contrato formal de trabalho: em 1981, os trabalhadores sem carteira de trabalho assinada já representavam cerca de 28% da população ocupada; 38% no final dos anos 90; em 2002, estas duas ocupações (sem carteira e conta própria) representavam aproximadamente metade da força de trabalho do país. (https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-31572006000400008&script=sci_arttext#back1) 16/06/2020.

O País alcançou uma taxa de informalidade de 40,7% no mercado de trabalho até janeiro/2020, com 38,3 milhões de trabalhadores atuando na informalidade (IBGE). (<https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2020/02/28/pais-tem-taxa-de-informalidade-de-407-no-trimestre-ate-janeiro-revela-ibge.htm#:~:text=Pa%C3%ADs%20tem%20taxa%20de%20informalidade,%2F02%2F2020%20%2D%20UOL%20Economia>) 16/06/2020.